

“CRAS ITINERANTE” – UMA PROPOSTA DE BUSCA ATIVA, TERRITORIAL, DESCENTRALIZADA E INTERDISCIPLINAR

CRAS ITINERANTE: A PROPOSAL FOR AN ACTIVE TERRITORIAL, DECENTRALIZED AND INTERDISCIPLINARY SEARCH

Bruno Ricardo Bérghamo Florentino*

Angra dos Reis Florentino**

RESUMO: Com as constantes e recentes transformações no campo das políticas sociais brasileiras, a expansão da unidade estatal denominada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por todo o país, os diferentes atores da política de assistência – sobretudo os gestores e profissionais – buscam, cada vez mais, a implantação de estratégias técnico-operativas que permitam cumprir os objetivos propostos pela proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social. Neste sentido, o presente artigo consiste no relato de experiência de um projeto intitulado “CRAS Itinerante” – uma proposta de busca ativa que ocorreu, logo após o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais. Assim, destacamos as diretrizes e orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), uma breve contextualização do município, os detalhes da estratégia metodológica empregada para a realização do projeto e os principais resultados obtidos.

Palavras-chave: CRAS Itinerante; Busca ativa; Território; Descentralizado; Comunidade.

ABSTRACT: *According to the constant and recent changes in the social politics field in Brazil, the expansion throughout the country of the state unit called Reference Centre for Social Welfare (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) and the different participants in the public service – particularly managers and professionals – increasingly seeks for the implementation of technical and operational methodologies that enable them to fulfill the objectives proposed by the basic social protection of the National Politics for Social Welfare (Política Nacional de Assistência Social). Thereby, this text is an experience report made from a project entitled “CRAS Itinerante” (Itinerant CRAS), which is a proposal for an active search that was brought forward shortly after the launching of the Brazil Without Extreme Poverty Plan, in Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais state. Thus, we highlight the policies and guidelines of the Ministry of Social Development (MSD), make a brief overview of the city and the details of the methodological strategy employed during the project and we also present the main research results.*

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, (16)991838251, email – brunorbfflorentino@gmail.com.

** Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rua Saldanha Marinho, 1247, Centro, Franca, (16) 992681564, email – angra_pedagogia@hotmail.com.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), como desdobramento da Constituição Federal de 1988, alavancou toda uma discussão sobre a formulação e implantação de um sistema público descentralizado que acabou culminando na atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – sistematizado através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e materializado através das equipes que atuam nos equipamentos públicos de proteção social básica e proteção social especial dos estados e municípios de todo o país.

O processo de implantação e expansão da PNAS e do SUAS, sob o paradigma da constituição do direito socioassistencial, ao invés do modelo assistencialista, incidiu e ainda incide em questões fundamentais e substantivas para a gestão do trabalho e dos trabalhadores que compõe a equipe de profissionais do SUAS. Neste sentido, “a assimilação por todos os atores envolvidos com a Política Pública de Assistência Social (gestores, servidores públicos, trabalhadores das entidades e organizações sem fins lucrativos, conselheiros, entre outros) é ainda um desafio a enfrentar” (BRASIL, 2006, p. 9).

Lopes (2006) destaca que o SUAS representa a possibilidade de unificação das ações da assistência social de forma que as ações possam, ao mesmo tempo, ser geridas a partir de algumas diretrizes nacionais e respeitando as características, diversidades e condições locais do município, garantindo, assim, o caráter universal de garantia de direitos individuais e coletivos.

A proteção social básica, considerada a porta de entrada de um sujeito na política de assistência social, é materializada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Esta modalidade de proteção se concretiza através da intervenção dos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros) que se unem

em torno de ações que visam potencializar a família como unidade de referência – conforme propõem as diretrizes do SUAS.

Na perspectiva da proteção social básica, os serviços devem estar presentes em todos os municípios, disponíveis a um maior número possível de pessoas que se encontram em situações de risco ou vulnerabilidade social, as quais podem acessá-los a qualquer momento e fazer do CRAS um “Centro de Referência” – como o próprio nome já diz. No caso de territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombos, calhas de rios, assentamentos, dentre outros), a unidade CRAS deverá localizar-se em locais de maior acessibilidade, podendo realizar a cobertura das áreas de vulnerabilidade por meio do deslocamento de sua equipe, caracterizando, assim, a busca ativa, que neste caso recebeu o título de CRAS itinerante.

Ao inserir diferentes categorias profissionais como técnicos de nível superior nas equipes de referência da proteção social básica, a Política Nacional de Assistência Social é concebida como “[...] direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social” (BRASIL, 2004, p. 68). Cruz e Guareschi (2009) destacam que o trabalho profissional entre as diferentes profissões constitui-se num requisito fundamental para a garantia dos direitos dos usuários. No entanto, no campo da definição de estratégias e formulação dos serviços, a política de assistência social irá impor a necessidade de realizar e divulgar estudos, pesquisas, referências e outras estratégias teórico-metodológicas, as quais, além de retirar a improvisação como forma de estruturar o atendimento, poderão atender as especificidades locais e regionais dos territórios e dos usuários.

Nesta perspectiva, de acordo com as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – um caderno de orientações lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2009 –, a oferta de serviços do CRAS deve ser planejada (pelos gestores e trabalhadores) de acordo com a leitura e “conhecimento do território e das famílias que nele vivem, SUAS necessidades,

potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2009, p. 09).

Outra diretriz apontada pela Política Nacional de Assistência Social e pelo caderno de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social se refere à centralidade do território. De acordo com a política de assistência social, a diretriz da territorialização se faz importante no momento em que “é no território que se encontra as potencialidades para o enfrentamento destas desigualdades” (BRASIL, 2009, p. 13). Outra diretriz igualmente fundamental à ação dos profissionais, diz respeito a realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS. “A busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território” (BRASIL, 2009, p. 29).

Com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, aos dois de junho de 2011, o governo lançou a meta de retirar 16,2 milhões de brasileiros da situação de extrema pobreza. Para tal, o plano contempla um conjunto de ações que envolvem a criação de diferentes programas e a ampliação de iniciativas já existentes, sempre em parcerias com estados, municípios, empresas públicas e privadas, além de organizações da sociedade civil. O plano é dividido em três eixos: transferência de renda; acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica; e inclusão produtiva.

Deste modo, o Plano Brasil Sem Miséria lança um foco especial sobre a diretriz da busca ativa como parte fundamental para a superação da pobreza extrema no Brasil. Corroborando esta perspectiva, aos 16 de setembro de 2011 o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a resolução n. 26 que “aprova os critérios para expansão 2011 do cofinanciamento federal, nos serviços de proteção social básica, apresentados pela SNAS”. A referida resolução pactua critérios, prazos e procedimentos para expansões qualificadas no âmbito de ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), através de ações executadas por equipes volantes vinculadas ao CRAS, onde, a primeira atribuição dos profissionais de referência é localizar as famílias que se encontram fora das

políticas sociais e incluí-las no sistema de proteção social, de modo a auxiliar na travessia da exclusão para o direito.

Aos 25 de outubro de 2011, o MDS publicou a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS n. 10 para orientar os municípios no que se refere ao estabelecimento de parcerias para realização da busca ativa, uma vez que, com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, o grande intento da assistência social se fundamenta em tal perspectiva, “que significa levar o Estado até onde o cidadão está, e não esperar que ele venha até o poder público” (BRASIL, 2011, p. 01).

Todas as diretrizes destacadas até o momento denotam que a atual configuração da política de assistência social, orientada pela lógica do direito, requer novos modelos, processos, mecanismos e instrumentos para sua operacionalização. A partir desse novo paradigma, fundamentais mudanças têm demandado, igualmente, o comprometimento de todos os atores que operam nesta política, exigindo-lhes novos conhecimentos, atitudes e habilidades para que uma nova forma de assistência social seja pensada e executada. Trata-se de um processo que recai diretamente sobre a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa dos profissionais – técnicos e gestores – que desenvolvem os serviços.

Na tentativa de materializar a maior parte das diretrizes anteriores é que se concebeu a proposta de realizar o “Projeto CRAS Itinerante” no município de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais. O projeto consistiu no deslocamento de parte da equipe de profissionais do CRAS até as comunidades rurais e todos os bairros da zona urbana do município, ofertando serviços para crianças, adolescentes, adultos e idosos – conforme segue a descrição do trabalho desenvolvido.

2 CORONEL XAVIER CHAVES E O CRAS ITINERANTE

O município de Coronel Xavier Chaves, MG, se localiza na região Campos das Vertentes, próximo a São João Del Rei (aproximadamente 12 quilômetros) e Tiradentes (aproximadamente 20 quilômetros) – ambas as cidades são históricas com forte

predominância da economia voltada ao setor turístico e a produção de artesanato.

Se comparada às demais cidades da região, Coronel Xavier Chaves não possui o mesmo potencial para exploração do turismo, uma vez que as opções turísticas se restringem a uma igreja de pedra construída no século XVIII, um engenho de cachaça (considerado o engenho familiar mais antigo do Brasil) que pertenceu à família de Tiradentes e uma árvore da espécie “Jequitibá” considerada a maior e mais antiga da região, além de algumas casas coloniais e a tradicional hospitalidade mineira.

A economia do município se constitui através da agropecuária, prestação de serviços e produção de artesanato, sobretudo esculturas em pedra gnaisse. O município de Coronel Xavier Chaves não possui indústrias, fazendo com que o mercado de trabalho seja algo limitado a pouquíssimas oportunidades. Esta realidade faz com que muitos moradores busquem trabalho nos municípios vizinhos, tais como São João Del Rei, Prados, Tiradentes, Ritópolis, Resende Costa e até mesmo Lagoa Dourada.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE), divulgados através do Censo 2010, atualmente a população “xavierense” é estimada em 3.301 pessoas, divididas entre 1.645 homens e 1.656 mulheres. Deste total, 1.800 pessoas vivem na zona urbana, enquanto 1.501 vivem na zona rural, divididos em, aproximadamente, 09 comunidades rurais e alguns pequenos povoados. Através dos dados supracitados, constata-se que aproximadamente 54,52% da população são moradores da zona urbana e aproximadamente 45,48 são moradores da zona rural. Os dados também apontam que a incidência da pobreza é de 30,88%.

Considerando a realidade de que o município possui diversas comunidades rurais e que os moradores de tais comunidades enfrentam inúmeras dificuldades para acessar a zona urbana para usufruir dos serviços públicos (pois não há transporte público e a maior parte dos moradores da zona rural não possui automóvel), o que os leva a depender de carona, pagar taxi, ou então, os mais corajosos, enfrentarem verdadeiras maratonas de caminhada pelas estradas de terra, o deslocamento de parte da equipe de referência do CRAS

até as comunidades rurais foi avaliado como uma possibilidade de facilitar o acesso da população às informações e aos serviços de assistência social, além de desenvolver um trabalho social de modo descentralizado e participativo. Basicamente, foi a partir de tais premissas que nasceu a ideia do Projeto CRAS Itinerante.

Outro fator que sustentou a necessidade de realizar o projeto foi a realidade de que muitas pessoas no município – sobretudo os moradores da zona rural – não conheciam ou não sabiam da existência do CRAS, uma vez que sua inauguração ocorreu no final do mês de março de 2011 e a execução do projeto se fez no mês de julho do mesmo ano. Sabendo que a maior parte da população rural não estaria informada sobre as atribuições do CRAS (em termos de serviços, orientações, projetos e profissionais), um dos objetivos da proposta seria a divulgação sobre sua estrutura, funcionamento, equipe de referência, projetos, programas e serviços disponíveis à população, bem como o acesso a direitos sociais.

A proposta do CRAS Itinerante se estruturou, basicamente, em quatro eixos: divulgar a inauguração do CRAS; realizar a busca ativa através do mapeamento das demandas de cada comunidade e seus moradores, bem como identificar as potencialidades dos mesmos, convidando a população para participar na estruturação dos serviços que eles próprios desejassem; oferecer serviços para crianças e adolescentes de 03 a 17 anos de idade; e, principalmente, orientar a população acerca de seus direitos – serviços e benefícios.

3 OBJETIVOS DO PROJETO

Realizar a busca ativa no território, identificando possíveis vulnerabilidades;

Divulgar o CRAS (estrutura, funcionamento, equipe de referência, serviços disponíveis etc) aos moradores do município, promovendo uma breve apresentação e integração entre os profissionais do CRAS e a população do município;

Estimular o acesso da população a alguns de seus direitos sociais;

Desenvolver uma metodologia de trabalho social de caráter descentralizado e participativo;

Disponibilizar possibilidades lúdicas e educativas para crianças e adolescentes em seu próprio território.

4 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Após algumas reuniões entre a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social e a equipe de referência do CRAS, foram definidas, inicialmente, questões relativas à operacionalidade do projeto, como: datas, horários, locais, atividades, profissionais envolvidos, materiais necessários, logística de transporte e outros aspectos indispensáveis à realização das ações.

Sobre os locais em que o projeto foi realizado, vale mencionar que todas as comunidades rurais em questão possuem edificações comumente chamadas de salão social ou centro social. Tais edificações consistem em antigas escolas rurais que, gradativamente, foram sendo desativadas e transferidas para a zona urbana do município. Atualmente, a única finalidade e uso de tais salões é para a realização de consultas médicas com um médico clínico geral, comemorações de algumas datas festivas (geralmente ligadas a santos e padroeiras) ou eventos particulares (casamentos, aniversários e outros encontros).

Na semana anterior à realização do projeto, a equipe do CRAS visitou os salões para realizar um levantamento sobre as condições de uso e a infraestrutura dos mesmos. Os profissionais tomaram nota dos recursos materiais necessários (específicos para cada salão) para a execução das atividades, tais como: materiais de limpeza, copos descartáveis, água, papel higiênico e demais materiais. Durante as visitas, a equipe do CRAS estabeleceu contatos e parcerias com os moradores locais, para que os mesmos pudessem ajudar na divulgação do projeto e no preparo e limpeza do local para a realização das atividades - já incitando a população para a participação popular e comunitária.

Ficou estabelecido que o projeto levaria as seguintes atividades até as comunidades:

Plantão social para mães, mulheres, adultos, idosos e pessoas portadoras de deficiência. De modo geral, o plantão social (realizado pela coordenadora do CRAS e pelo Secretário Municipal de Assistência Social) seria para: divulgar o CRAS, bem como seus serviços, programas, projetos, atribuições e finalidades; realizar o encaminhamento das famílias; prestar orientações sobre direitos, benefícios e programas, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF) e outros benefícios previdenciários.

Brinquedoteca para crianças de 03 a 06 anos. Para tal, definiu-se que a brinquedista levaria parte da brinquedoteca para oferecer atividades lúdicas e pedagógicas junto às crianças da faixa etária em questão.

Transformação de Sucata para crianças de 07 a 10 anos. Basicamente, a atividade (realizada por uma pedagoga) consistia na transformação de materiais recicláveis em brinquedos. A atividade tinha como objetivo resgatar a imaginação das crianças e fortalecer a consciência ambiental das crianças, uma vez que, atualmente, grande parte das preocupações mundiais diz respeito a iniciativas que prezem a sustentabilidade do planeta.

Oficina de Teatro para adolescentes de 11 a 17 anos. De modo geral, as oficinas (realizadas por uma graduanda de artes plásticas) seriam para a realização de: exercícios de apresentação e improvisação; técnicas de relaxamento; dinâmicas de interação, socialização, oratória, entre outras. Durante as oficinas, aicineira abordaria temas como: sexualidade, família, trabalho e outras categorias de discussão que possivelmente surgiria nos grupos.

Após a definição das atividades, do cronograma, dos locais, dos profissionais e da metodologia a ser empregado para o trabalho social com as famílias, recorreremos à Secretaria Municipal de Saúde no intuito de solicitar a cooperação dos agentes comunitários e estabelecer uma parceria. Deste modo, os agentes contribuirão na divulgação da proposta junto à população local de cada comunidade, entregaram as fichas para inscrição das crianças e adolescentes nas atividades ofertadas e colaboraram com fornecimento de

informações úteis sobre alguns moradores e situações pontuais de cada território visitado.

Em síntese, os profissionais pretendiam chegar até as comunidades, realizar uma breve conversa em grupo, explicar as intenções e objetivos do “CRAS Itinerante”, e, logo após, dividir as turmas para cada atividade específica. Enquanto a assistente social prestava os atendimentos orientações às famílias, as crianças participariam das atividades lúdicas e pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as necessidades são ditadas pelo território e que apenas através do conhecimento de SUAS características é que se pode saber quais serviços deverão ser ofertados, ações socioassistenciais desenvolvidas, atenções necessárias, quais objetivos se quer atingir, qual metodologia adotar, onde serão ofertados, com que frequência e qual a sua duração, o Projeto CRAS Itinerante foi interessante para constatação de algumas realidades.

Os resultados alcançados pelo “Projeto CRAS Itinerante” foram extremamente valiosos por vários motivos. Um primeiro efeito positivo da proposta foi o alcance e atendimento de todas as comunidades rurais do município. O deslocamento da equipe de referência até as comunidades transportou, não só os profissionais envolvidos no projeto, mas também diversas proteções e atenções, ao passo que a população obteve acesso a importantes informações sobre os seus direitos, a saber: benefícios regulamentados por legislação municipal, tais como auxílio funeral, auxílio natalidade, padrão de energia elétrica e programa de reformas habitacionais; benefícios da previdência e assistência social, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e outros; e serviços do CRAS já implantados, bem como a possibilidade implantação de outros em parceria com as comunidades.

Cabe mencionar que, antes da inauguração do CRAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) era composta apenas por duas pessoas: o Secretário Municipal de Assistência Social e um técnico administrativo. Com uma equipe profissional

extremamente reduzida, as ações da SMAS se limitavam a atender as demandas mais urgentes que a população solicitava, usualmente, através da busca por benefícios eventuais e o atendimento/acompanhamento de algumas poucas famílias.

Com a inauguração do CRAS, ampliou-se a equipe de profissionais da SMAS com a contratação de mais um assistente social, uma pedagoga, dois psicólogos e alguns oficineiros. Com a ampliação da equipe, automaticamente, expandiu-se a capacidade funcional de planejamento e execução das ações, serviços, benefícios, projetos e programas do setor. Nesta ocasião (do Projeto CRAS Itinerante), o deslocamento da equipe de profissionais possibilitou a realização de uma divulgação básica e introdutória sobre o que vem a ser o CRAS, os novos profissionais que passaram a compor a política municipal de assistência social, os novos serviços, programas e projetos já em andamento, e, também, o levantamento das demandas para futuras ações da assistência social, construídas junto aos usuários que participaram do projeto.

Em síntese, convém ressaltar que o “CRAS Itinerante” proporcionou um contato direto dos novos direcionamentos da política de assistência social com os moradores das comunidades, através de uma apresentação e aproximação entre a população e profissionais do CRAS. No mesmo sentido, a iniciativa permitiu, aos profissionais, o conhecimento dos usuários e do território, ocasião em que foi possível realizar um levantamento das demandas individuais e coletivas.

Através atendimento social, foi possível realizar, ainda que de modo superficial, um mapeamento das demandas de cada comunidade e bairro do município, as dificuldades enfrentadas por algumas famílias e, sobretudo, as situações de vulnerabilidade social de alguns moradores.

Por tudo isso, constata-se que a proposta alcançou alguns objetivos, tanto da política de assistência social como do projeto, visto que a busca ativa realizada possibilitou identificar as situações de maior vulnerabilidade e risco social, além de ampliar o conhecimento e a compreensão acerca da realidade social. O projeto também contribuiu para o conhecimento da dinâmica do cotidiano

das populações locais, isto é, a realidade vivida pela família, sua cultura, seus valores, as relações estabelecidas no território e fora dele, bem como os apoios e recursos existentes.

Neste sentido, além de realizar um mapeamento sobre as dificuldades enfrentadas pela população local e pelos territórios, o “CRAS Itinerante” proporcionou um momento em que foi possível realizar um prévio levantamento das demandas e identificar as potencialidades de cada comunidade. Também foi possível conhecer, de perto, o espaço sócio territorial, identificar as lideranças locais e conhecer o espaço físico de cada salão comunitário.

Em linhas gerais, descreveremos algumas constatações realizadas durante o “CRAS Itinerante”, as ações que já estão em fase de execução e outras em fase de planejamento – pensadas e construídas em sintonia com a iniciativa e através do contato direto dos profissionais com a realidade observada.

Algumas comunidades manifestaram interesse por estar reativando a associação de moradores, que, até então, encontravam-se inativas. Desta forma, após a realização da proposta, ocorreram encontros com os moradores da comunidade que receberam as orientações sobre como proceder com a documentação necessária para estar regularizando a associação. Em alguns casos, a equipe do CRAS acompanhou as etapas das assembleias, formação da diretoria, regularização da documentação necessária para inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e junto à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDESE).

Em outras comunidades, a maior reivindicação dos moradores envolvia a categoria trabalho e inclusão produtiva. Diante da escassez de oportunidades de trabalho, somado as dificuldades de transporte e locomoção até o município de Coronel Xavier Chaves (ou para os municípios da região), a população se encontra “engessada” a qualquer tipo de acessibilidade ao mercado de trabalho – formal ou informal.

Em uma comunidade específica, cuja realidade apresenta elevadas taxas de alcoolismo, a assistente social do CRAS diagnosticou a necessidade de estar realizando atividades esportivas e cursos profissionalizantes para os jovens, uma vez que há muitos

adolescentes fora do mercado de trabalho ou mesmo com precária inserção no mercado de trabalho informal.

Em outra comunidade bastante específica, além das atividades com as crianças e adolescentes, predominaram os atendimentos a alguns idosos que buscaram orientações sobre benefícios previdenciários; deste modo, a assistente social prestou as informações mais imediatas e solicitou para que os interessados procurassem o CRAS em outra ocasião, para que, num momento posterior, eles pudessem receber o devido encaminhamento para a previdência social.

Em diversas comunidades, foi possível identificar alguns casos isolados de violência física, violência psicológica, maus tratos e negligência contra crianças e idosos. Nestes casos, as famílias foram referenciadas e, no momento, já estão sendo acompanhadas pela equipe de profissionais do CRAS.

De modo geral, predominaram as solicitações de benefícios eventuais, orientações de benefícios previdenciários e o apoio para formação e fortalecimento de associações comunitárias. Assim, a iniciativa do “CRAS Itinerante” foi extremamente eficaz e viável por algumas razões, sobretudo pelo baixo custo para sua realização e pela quantidade de informações trocadas entre os usuários da política e a equipe da SMAS. No momento em que o CRAS, através de sua equipe de profissionais, se deslocou até a população, houve, nitidamente, a valorização do espaço territorial como unidade imprescindível na formulação e planejamento de ações, programas, projetos e serviços da política de assistência social.

O pressuposto trabalhado pela equipe foi de que o território é o “chão duro” de muitas realidades, mas, também, o “terreno fértil” para que, no mínimo, sejam pensadas as possibilidades.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. **O papel da Psicologia no Centro de Referência de Assistência Social.** Texto apresentado no I Congresso de Psicologia e Direitos Humanos. UMA, Belo Horizonte, 2009.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 130, de 15/07/05. Brasília: 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas. Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 10**. Brasília: MDS, 2011b.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 26 de 16 de setembro de 2011**. Publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2011, seção 1, p. 81.

CRUZ. L. R. da C.; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS**. Serviço Social e Sociedade, v. 27, p. 76-95, 2006.

SPOSATI, A. **O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social**. Serviço Social & Sociedade, v. 87, p. 96-122, 2006.